

<http://dx.doi.org/10.48005/2237-3713rta2023v12n2p5364>

Governança Colaborativa em redes: uma discussão teórica*
Collaborative Governance in Networks: A Theoretical Discussion

Ana Maria Vicente da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
ana.vicentesilva@ufpe.br

Herlane Chaves Paz

Universidade Federal de Pernambuco
herlanepaz@hotmail.com

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
geymeesson.silva@ufpe.br

RESUMO:

A partir da crise paradigmática que inicia nos anos de 1920 e se intensifica a partir dos anos de 1980, ocorreram mudanças tanto nos paradigmas científicos como nos modelos de gestão. Observa-se que a governança passou a ser o modelo de gestão alternativo aos modelos tradicionais decorrente das mudanças paradigmáticas que influenciaram a Administração. Em paralelo a isso, o fenômeno das redes impulsiona o surgimento de arranjos institucionais ou redes colaborativas, que por apresentarem diversas formas e características, são viáveis para propor e implementar soluções a problemas complexos. O objetivo desse trabalho é analisar o fenômeno da governança em redes colaborativas como decorrente das mudanças paradigmáticas da administração a partir de uma perspectiva interpretativista. O método utilizado foi um ensaio teórico. Os principais resultados apontam que as redes representam novas formas de arranjos institucionais ligados à necessidade de pensar novas formas de produção, distribuição e consumo, mais sustentáveis e colaborativos. A governança colaborativa passou a ser o modelo de coordenação mais adequado para essas redes, uma vez que, é amplamente discutida como os processos e estruturas de tomada de decisão política e gestão que envolva as pessoas de forma construtiva, relações públicas, privadas e sociais. Esse modelo se dedica às relações amplas de colaboração, levando em consideração sua contribuição para o funcionamento das redes e a busca pela inovação.

Palavras-chave: Governança colaborativa; Redes; Governança pública

ABSTRACT:

From the paradigmatic crisis that began in the 1920s and intensified in the 1980s, changes occurred in both scientific paradigms and management models. Governance has become an alternative management model to traditional models due to the paradigmatic changes that have influenced Administration. In parallel to this, the phenomenon of networks has driven the emergence of institutional arrangements or collaborative networks that, due to their diverse forms and characteristics, are viable for proposing and implementing solutions to complex

* Received 06 September 2023; accepted in 03 October 2023; published online 01 November 2023.

problems. The aim of this study is to analyze the phenomenon of governance in collaborative networks as a result of the paradigmatic changes in administration from an interpretive perspective. The method used was a theoretical essay. The main results indicate that networks represent new forms of institutional arrangements linked to the need to think about new, more sustainable and collaborative forms of production, distribution, and consumption. Collaborative governance has become the most suitable coordination model for these networks since it is widely discussed as the processes and structures of political decision-making and management involving people constructively, public, private, and social relationships. This model is dedicated to broad collaboration relationships, taking into account their contribution to the functioning of networks and the search for innovation.

Keywords: Collaborative Governance; Networks; Public Governance

1. Introdução

As mudanças relativas ao desenvolvimento econômico e as formas de atuação das empresas, em especial os novos recursos tecnológicos e informacionais, levaram a necessidade de mudanças nas formas de funcionamento e atuação, em termos de estruturas e estratégias organizacionais. Tais mudanças impulsionam também novas formas de organização da sociedade, das instituições e das próprias organizações públicas, privadas ou do terceiro setor.

Essas iniciativas giram em torno de temas diversos como: economia solidária (Singer, 2008), economia criativa (Howkins, 2001), economia do compartilhamento (Castells, 2019), redes interorganizacionais (Ansell & Gash, 2008; Emerson; Nabatchi & Balogh, 2012), arranjos colaborativos, entre outras, que são frutos das discussões e tentativas teóricas-empíricas de consolidar uma nova realidade econômica, social e política, por meio da consolidação de novas formas sociais sustentáveis e colaborativas.

Essas novas formas de organização dessas instituições surgem como tentativa de solucionar problemas sociais tanto tradicionais, quanto atuais. Tais problemas que assolam a sociedade são complexos, multiníveis e requerem altos investimentos. Habitação, pobreza, desemprego, problemas ambientais, entre outros, são exemplos dos desafios que organizações, o mercado e o Estado, não conseguem resolver atuando de maneira independente. Diante dos desafios, são necessárias novas formas de interação entre organizações e indivíduos e de modelos de gestão e de governança que supram as demandas da sociedade em geral.

O modelo de governança colaborativa é um exemplo de adaptação dessas novas demandas. Se trata de uma governança mais distribuída, que priva o líder de seu monopólio de dirigir a organização ou os arranjos institucionais (Wegner & Vershoore, 2021). Esse modelo de governança, diferente de uma gestão estratégica tradicional, permite que as organizações aprendam rapidamente pelo fato de que, todos devem participar das decisões contribuindo com cada fragmento de conhecimento e sabedoria que tenham sobre o assunto (Paquet, 1992).

A governança dá início ao surgimento de arranjos institucionais ou redes colaborativas, que por apresentarem diversas formas e características, são viáveis para propor e implementar soluções a problemas complexos (Emerson, *et al.* 2012). As redes são arranjos em que as organizações envolvidas estabelecem estratégias e objetivos coletivos para alcançar ganhos competitivos (Wegner & Vershoore, 2021). A colaboração nessas redes é fator determinante para que sejam constituídas, e para que possam apresentar resultados positivos, afinal, elas colaboram para obter ganhos (Smith, 2020). Para fins deste trabalho, serão estudadas as redes colaborativas, com base nos trabalhos de Emerson, Nabatchi e Balogh (2012), Wegner e Vershoore, (2021) e Provan e Kenis (2008).

Diante disso, observa-se que a partir da crise paradigmática que inicia nos anos de 1920 e se intensifica a partir dos anos de 1980, os estudos da administração e a gestão pública passam por diversas transformações. Exemplo disso são, desregulamentações, flexibilizações, terceirizações, abertura para o ambiente externo, entre outros. Tais mudanças requerem novas formas de analisar o fenômeno das organizações e indivíduos, ou seja, mudanças nas leituras em suas bases ontológicas e epistemológicas.

Defende-se a premissa de que o fenômeno da governança colaborativa em redes é uma nova forma de organização da sociedade que se inicia no final do século XX, em meio a esse cenário de mudança paradigmática. Desta forma, é pertinente realizar a análise desse fenômeno à luz das abordagens e metodologias típicas do paradigma emergente, a partir de uma lógica interpretativista.

A partir disso, o objetivo desse ensaio é analisar o fenômeno da governança em redes colaborativas como decorrente das mudanças paradigmáticas da administração a partir de uma perspectiva interpretativista. O método utilizado é um ensaio teórico. Trata-se de um método que possibilita a transgressão lógica, nos quais os ensaístas são convidados a experimentação do objeto por meio de uma reflexão crítica e negativa. Além disso, o leitor é convidado a ser partícipe do manuscrito. Isso ocorre porque o ensaio teórico, diferentemente do artigo teórico, permite a reflexão da subjetividade do ensaísta com a objetividade da realidade como algo que existe em si mesmo. Por fim, se trata de um método que rompe com os métodos da ciência normal, baseados na razão tradicional (Meneghetti, 2011).

Além dos aspectos introdutórios, são apresentadas considerações sobre a governança e os desdobramentos Administração a partir de meados do século XX, em seguida se discute o surgimento das redes de governança colaborativa, em sequência são apontados os aspectos ontológicos e epistemológicos da governança. Por fim, são traçadas as considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

Neste item serão apresentadas as reflexões a respeito dos seguintes temas: a governança como uma abordagem alternativa a gestão tradicional, a evolução da governança a partir da colaboração e do paradigma das redes, e por fim, é apresentado a governança nas redes colaborativas a partir de uma lógica interpretativista.

2. Governança

O conceito de governança passou a ser adotado no âmbito do Estado devido às transformações políticas, econômicas e sociais do final do século XX, em que demandaram uma nova forma de pensar as relações entre Estado, sociedade e mercado. Nesta conjuntura, a governança recebe destaque, sendo discutida por seu conceito multifacetado e também por seu caráter político.

No pós Guerra, economia, Estado e sociedade atravessaram um processo de regulamentação. Esse processo não começa no século XX, é consequência da burocratização, modernismo, aumento da eficiência tecnológica, estruturação de diversos setores econômicos, entre outros elementos que as sociedades modernas incorporaram ao longo dos últimos séculos. O mundo moderno, aos ditames que vinha ocorrendo, começa a entrar em crise a partir dos anos de 1920, a sociedade, o mercado e o ambiente, demandam novos padrões de produção, acumulação e distribuição de riqueza (Harvey, 1992). Vale salientar que, muitas dessas demandas são acarretadas pelas próprias contradições do capitalismo e das consequências de um mundo moderno. Seriam então necessárias, novas formas de atuação do Estado e Mercado para intervir nessas transformações.

Nesse contexto, o Fordismo que inicialmente poderia ser visto apenas como um modo de produção em massa, mas eficiente para as corporações da época, se transforma em um modo de “modo de vida total”. Isso porque, o Fordismo foi mais que uma forma de aumentar a eficiência das corporações, mas, uma tentativa de regulamentação da economia por meio das corporações. Ford, o expoente desse modelo, percebeu que poderia resolver seu problema de acumulação e distribuição de riqueza, na medida em que fomentava o consumo dos seus colaboradores. Até certo ponto sua ideia surtiu efeito positivo, e na verdade, parecia coerente, afinal, a produção de um produto mínimo viável, para uma quantidade significativa de pessoas com capacidade de consumo, resulta em aumento da produção e por consequência mais lucro. Em suma, regular a economia, por meio da disseminação do consumo. Isso só surtiria grandes efeitos, a partir do momento em que, não se limitasse apenas a uma organização ou setor, mas sim, a um mundo como todo, ou seja, o consumo como ordem mundial.

Nessa conjectura, e em meio à crise de 1929 e posteriormente a Segunda Mundial, que o Fordismo encontra um aliado para se estabelecer, o Keynesianismo, contribuiu para regulamentação da economia, mesmo que breve e limitadamente, por meio de um Estado mais atuante, interventor, o que mais tarde serviu de filosofia para o que se convencionou a chamar de Estado de Bem Estar. Com isso, o capitalismo encontra uma forma de regulamentação, que as corporações sozinhas não conseguiram realizar.

No entanto, os breves anos “gloriosos” que datam o pós guerra, não respondem mais às necessidades do capitalismo. O Keynesianismo, que antes foi uma solução, passou a ser considerado a causa dos problemas. Da mesma forma, o modelo Fordista, regulamentador, passou a não suprir mais as novas demandas do final do século XX.

O final da década de 1960 com destaque a recessão de 1973, inaugura um processo de desestruturação e flexibilização do capitalismo. Acontecimentos como, a crise do petróleo de 1973, a queda da taxa de lucro das corporações, a financeirização do capital, a desregulamentação política, econômica e cultural, entre outros elementos que, como denomina o autor, caracterizam um capitalismo desorganizado (Harvey, 1992).

No âmbito das corporações, observa-se a transição do modelo fordista para o modelo flexível, caracterizado pela diminuição da produção, flexibilização econômica, política e cultural, entre outros. Da mesma forma que o Fordismo afetou o modo de vida das pessoas viverem, o modelo flexível intensifica essa influência. Não apenas em relação às consequências negativas desse modelo de produção (aumento da desigualdade, diminuição do tamanho do Estado, perda de direitos, enfraquecimento da sociedade civil organizada, aumento das crises devido ao problema da super acumulação etc.). Mas as relações sociais de produção passaram a ser flexíveis, e por consequência enfraquecidas.

No âmbito econômico, os anos 1980 são marcados pela crise do setor produtivo e do Estado de Bem-Estar Social. Com isto, ocorreu o crescimento das ideias neoliberais e do capital financeiro/rentista. No plano da administração pública, as postulações são marcadas pela tentativa de superar a crise de ineficiência do modelo burocrático. Nesse contexto, surge o modelo gerencial também chamado de Nova Gestão Pública.

O movimento da Nova Gestão Pública surge em virtude da necessidade de aumento na prestação de serviços da sociedade e da preocupação do controle desses custos, para pleno emprego das ações do Estado. A descentralização administrativa, participação social e busca da eficiência são elementos que marcam esse novo modelo de gestão. Diante disso, a governança pública possui um ponto de confluência com esse movimento na medida em que preza pelas melhores formas de gestão na execução das funções estatais e de seu pleno desempenho.

A Reforma Gerencial fez parte do processo de reestruturação do Estado brasileiro no tocante ao ideário do capitalismo contemporâneo e do neoliberalismo. A ideia defendida é a de um Estado ineficiente em razão do seu déficit público, devido à forma equivocada de conceber os motivos da crise e da necessidade de reestruturar as bases produtivas do Estado capitalista. (Santos, Ribeiro, Ribeiro, Santos & Costa, 2004)

A maior crítica enfrentada pela reforma gerencial é sua comparação ao modelo neoliberal, como tentativa do capitalismo se reerguer da crise sofrida na economia, queda da taxa de lucro, evento que ocorria não apenas em países subdesenvolvidos, mas em todo sistema capitalista. Como saída, o capitalismo luta por mais espaços e incentiva a diminuição do Estado com o discurso que este está além de sua capacidade de execução, dando origem aos processos de desestatização, privatização, dentre outros. Tal fato ocorreu no Brasil no início nos anos de 1990.

A sociedade passou por um processo de desregulamentação, típico de uma sociedade pós-industrial. Relações sociais e produtivas, flexíveis, descentralizadas e culturalmente integradas por uma vertente pós-moderna. Em suma, são organizações voltadas para a globalização de suas fronteiras, focadas na economia do conhecimento e organização em rede. Temas como terceirização, aprendizagem, conhecimento, criatividade, inovação, diminuição de escopo, entre outros, passam a fazer parte do dia a dia das organizações (Pettigraw, 2003).

Os anos 2000 são marcados por um padrão global de desenvolvimento e a centralização da gestão é tida como ineficiente. Castells (2011), defende a tese de que a sociedade pós-moderna é marcada por um padrão de desenvolvimento informacional, isso é resultado de um processo de crescimento tecnológico e informacional. Ao contrário da sociedade moderna pré-industrial em que a forma motriz da economia era resultado da maximização da produção, o mundo pós-moderno e pautado no informacionalismo o que se busca é o desenvolvimento tecnológico pautado na acumulação de conhecimentos.

No entanto, os desdobramentos desses novos paradigmas começam a mudar os rumos da história que vinha sendo desenhada a partir dos anos de 1980. Após a crise de 2008 isso se torna mais evidente, observa-se crise no modelo neoliberal, em que o mesmo não responde mais às demandas da sociedade. O padrão global de desenvolvimento está sendo questionado pela concepção de uma economia também regionalizada. Outros modelos de economia, como economia solidária, que busca absorver padrões regionais econômicos, entram nas discussões. No que tange a governança pública, modelos mais democráticos e participativos estão tomando espaços dos debates sobre o tema (Fontes, 2013).

Há um consenso na literatura de que a sociedade tem passado por mudanças e transformações significativas, no entanto, não há definição se esses paradigmas coexistem na sociedade ou se os novos estão tomando espaços dos velhos, também não se tem certeza sobre a que nível estas prováveis mudanças chegaram (Fontes, 2013). Já Pettigraw (2003) defende a tese de que esses paradigmas coexistem na sociedade.

No âmbito estatal o que se discute é o novo papel do Estado no século XXI, que vai além da perspectiva econômica. De acordo com Dias e Cario (2014), surge a necessidade de um modelo de Estado e de governança pública pautado na democracia, consenso e cooperação, e da necessidade de desenvolver estratégias para a atuação do Estado, visando o estreitamento das suas relações com a sociedade.

Entende-se que, diante dos problemas emergentes que as sociedades e as instituições passam, um modelo de gestão que não englobe aspectos como: processo de aprendizagem, uma administração compartilhada, transparências nas atividades e nas prestações de contas, inclusão e intercâmbio com outros atores sociais, entre outros, pouco será contributiva para a resolução

de seus principais desafios. Esses elementos distinguem a governança pública da gestão tradicional (Unceta, Barandiaran & Lakidain, 2021). Além disso, se não levar em consideração as necessidades e particularidades impostas pela realidade local, o modelo de gestão tradicional pouco tem a contribuir com a gestão pública.

Desta forma, a governança pública que emerge para o século XXI é focada nas necessidades coletivas, na interação entre os agentes que estão envolvidos com os interesses geridos pelo Estado e na capacidade administrativa de gerir esses interesses (Abreu & Gomes, 2018; Lüchmann, 2012). Isso passa por um modelo de governança colaborativa, na medida em que visa estabelecer articulação entre diversos atores organizacionais e da sociedade civil. O fenômeno da sociedade estruturada em redes (Castells, 2011) está diretamente relacionado a governança colaborativa. Os atores organizacionais e da sociedade civil além de atuarem colaborativamente, passam a atuar em forma de redes, informais ou formais.

3. Governança colaborativa em redes

O conceito de governança é multivariado e multidimensional, sendo possível encontrar diferentes definições e implementações desse conceito na literatura. Pode ser usado para entender estudos na área de Administração privada, pública, na economia, para entender as relações internacionais, entre outros aspectos.

Os principais motivos para a formação de uma rede são a representação e conciliação dos interesses de diversos membros, para que no curso coerente das atividades ocorra o alcance de objetivos comuns. Além da busca por conciliação de objetivos, a formação das redes promove elementos que podem gerar vantagem competitiva para as organizações que delas participam, seja por meio da economia de escopo, diminuição dos custos de transação, entre outros.

Wegner e Vershoore (2021) defendem que a formação das redes contribui não apenas para solucionar problemas isolados de um conjunto de organizações, mas favorece soluções para problemas coletivos por meio de sua atuação na sociedade e também do setor público. Estes problemas muitas vezes não são solucionados apenas com a atuação do Estado, ou da forma tradicional do mercado se organizar, sendo necessário novas maneiras de arranjos organizativos que visem solucionar problemas complexos.

Surge a demanda por novas formas de pensar um modelo de desenvolvimento que leve em consideração as relações sociais com a natureza, não apenas as relações de classe, que seja pautado na lógica da sustentabilidade, colaboração e economia criativa, cada vez mais se torna eminente (Altvater, 2010). Faz-se necessário uma reestruturação social, em termos de produção, distribuição e consumo atualmente impostos pela sociedade Pós-Moderna (Harvey, 1992), uma vez que o *modus operandi* do atual modelo de crescimento, cada vez mais põe a natureza em situação de risco (Beck, 2010). Mas não apenas esses problemas, a economia também é afetada, inclusive as economias locais e regionais, pequenos negócios e organizações, agravando cada vez mais o problema da desigualdade e pobreza.

Emerson *et. al.* (2012) defendem um modelo de governança colaborativa amplo, que considere os diversos formatos de colaboração. Os autores acreditam que a governança colaborativa está inserida em um contexto de diversas influências políticas, jurídicas, sociais, econômicas, ambientais, entre outras, que afetam positivamente ou negativamente o ambiente.

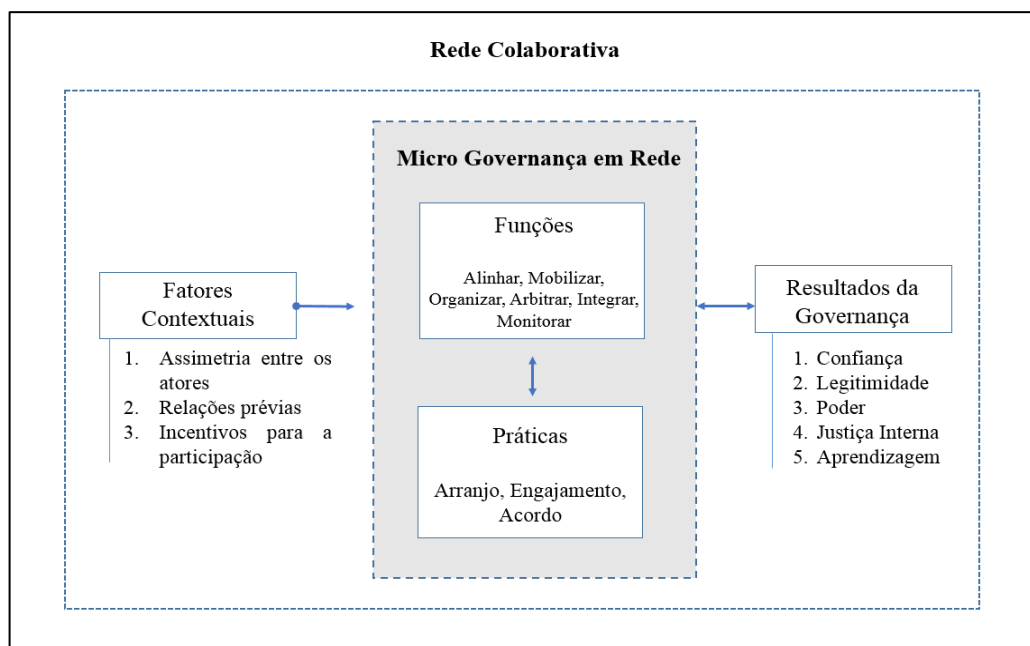
O modelo de governança colaborativa proposto pelos autores integra um conjunto de estruturas conceituais que englobam um contexto amplo da governança colaborativa, de como os drives de motivação e dinâmicas e ações colaborativas podem gerar impactos e adaptações em sistemas, redes, entre outros. A estrutura fornece uma ampla visão de como a governança

colaborativa pode atuar em parcerias baseadas na colaboração regional e local, com partes interessadas não governamentais, parcerias público-privadas, entre outros.

Já Wegner e Vershoore (2021) apresentam um modelo de governança colaborativa que integra fatores tanto da dinâmica das redes, quanto do comportamento dos indivíduos. Para os autores os aspectos micro da governança das redes é composto por funções e práticas cotidianas desempenhadas pelos líderes. O modelo pode ser analisado na figura 1.

As funções são: alinhar, mobilizar, organizar, integrar, arbitrar e monitorar para governar redes colaborativas refletem na construção de um ambiente colaborativo entre os membros. As Práticas são: acordos, arranjos e engajamento. Também fatores contextuais como assimetria, relações prévias, incentivos ou restrições afetam os resultados de governança. Os resultados são: confiança, aprendizagem legitimidade, poder e justiça interna. Por fim, odo esse arranjo influencia os resultados da rede como um todo.

Figura 1: Framework para micro governança em redes colaborativas



Fonte: Wegner e Verschoore Filho (2021)

Uma mudança paradigmática é observada no que diz respeito ao comportamento de organizações e indivíduos. A forma que passam a cooperar tendo em vista recebe resultados positivos é analisada através das mudanças nos modelos de gestão e governança tanto das organizações privadas, quanto públicas. Modelos centralizadores, com estruturas isoladas e rígidas, não respondem as demandas contemporâneas.

4. Perspectivas ontológicas e epistemológicas da governança colaborativa em redes

As redes são espécies de grupos de organizações, legalmente separados, mas conectados pela convergência de objetivos sociais, obrigações ou relações de troca. As bases para que as redes continuem existindo são: reciprocidade, colaboração, complementaridade entre dependência, e reputações, isso com objetivo de geração de um ambiente de ganho mútuo (Fontes, 2021). A partir de uma governança de colaboração, o Estado, mercado e sociedade passam a interagir de forma mais interativa, dando origem a arranjos e redes que passam a funcionar para atingir resultados esperados. Recebe destaque o modelo dos autores Emerson *et. al.* (2012), por considerar a governança colaborativa nas redes em seus diversos formatos e níveis de relações, não apenas aquelas formalizadas, defendidas pela maioria dos autores.

Isso envolve todas as iniciativas de organizações e indivíduos se relacionarem em busca de melhores resultados, não apenas aquelas formalizadas e com uma colaboração intencional, uma vez que, defende-se que, os diversos formatos de redes podem ser contributivos para um melhor desenvolvimento local. Como diria Altvater (2010), será que já se encontram novas formas de organização social, para produção, distribuição e consumo, dentro do sistema capitalista? Formas mais colaborativas e solidárias que visem um novo padrão de desenvolvimento?

Nesse sentido, percebe-se que a literatura é abrangente em estudos teóricos e empíricos que tentam estudar a execução da colaboração no âmbito da governança das redes. Dentre os quais estão: Modos de Governança (Provan & Kenis, 2008); mecanismos da governança (Albers, 2005); modelo de Contingência da Governança (Ansell; Gash, 2008); modelo de redes de multiparceiros (Emerson *et. al.* (2012). Destaque para o trabalho de (Wegner & Vershoore, 2021) quanto aos elementos do micro governança das redes, que são as funções desempenhadas pelos líderes na execução das atividades para a rede funcionar. Esses estudos são a partir de uma abordagem mais regulatória. No entanto o que se observa em autores da linha de Altvater, uma abordagem mais emancipatória.

Cada vez mais os estudos na área de governança estão no sentido de considerar não apenas a existência, mas a atuação dos atores sociais envolvidos na governança de uma rede. De natureza qualitativa, esses estudos buscam por meio de uma lógica interpretativa, analisar o funcionamento das redes, buscando uma maior aproximação com os atores envolvidos e uma relação sujeito-objeto. Seria levar em consideração uma lógica interpretativa, com base na mediação entre os indivíduos, grupos e civilizações diferentes (Habermas, 1968).

A partir desses conceitos, observa-se que as dimensões ontológicas (ser) e epistemológica (ser) da governança são construídas a partir de uma realidade dinâmica e complexa, em um contexto pós-moderno de flexibilização e descentralização da gestão. Com isso, tanto o estudo da gestão passa a ser analisado a partir de uma perspectiva da governança, que se refere aos mecanismos de articulação entre o Estado, mercado e diversos atores sociais como forma de solucionar problemas antigos e emergentes. Quanto ao estudo das redes, cada vez mais os estudos estão se concentrando na interpretação dos fenômenos e acontecimentos e uma aproximação sujeito e objeto.

A Administração, antes de ser técnica, é uma ação política (Santos *et al.* 2004). Por ser política, envolver relações sociais, que não podem ser analisadas do ponto de vista positivista. As relações sociais não acompanham uma ordem natural das coisas, os indivíduos são imprevisíveis, os fatos não são totalmente conhecidos, as causas e efeitos dos fenômenos, podem mudar constantemente. Os métodos de análise para entender essa realidade precisam ser sensíveis a essas peculiaridades que são encontradas nas ciências sociais. Caso contrário, a ciência estará tentando moldar a realidade ao que já se conhecer, ao que já é cômodo, que é mais fácil de controlar e manipular. Seria uma espera pela sorte? Esperar que os fenômenos sociais se adaptem as formas tradicionais da ciência? Ou seria um ato de fé? Do que foi instituído como a forma mais correta de se interpretar a realidade.

De mesma forma, a governança nas redes de colaboração precisa de formas de interpreta a realidade que condiz com sua dinâmica. São diversos atores sociais interagindo constantemente, com diferentes realidades e interesses. As formas de interpretação dessas relações precisam acompanhar esse processo.

A forma tradicional de alcance do conhecimento, pautado em uma ciência moderna, a partir de uma análise dicotômica da sociedade, não atende mais às demandas de se conceber e analisar a realidade.

A ciência moderna, simplifica os fenômenos em meros acontecimentos naturais que podem ser analisados de forma quantificável, sem necessidade de problematização e interpretação desse fenômeno. Foram duzentos anos de ciência pautados nessa perspectiva. Um conhecimento que só se torna verídico na medida em que pode ser quantificado, é pautado em uma racionalidade instrumental e que despreza qualquer relação entre sujeito e objeto (Santos, 1989).

A sociedade passa a ser explicada não apenas como natural, mas vista como uma máquina e seus processos, previsíveis e quantificáveis. Essa ciência se encaixa não bem nos interesses da burguesia e conseqüentemente capitalismo, ganhando mais força e legitimidade na sociedade industrial. Inicia-se um uma fase de ciência para desenvolver o mercado com suas organizações (Santos, 1989).

Um exemplo disso são as ciências administrativas, que surgem em meio às críticas à Economia Política, e forte influência da Economia, mas mecanicista e matemática. A Administração surge em meio a necessidade de um mundo moderno, regulamentado e industrializado. Modelos de gestão hierárquicos, centralizados e rígidos, como foco em um crescimento puramente econômico e progresso técnico. A linguagem metafórica sobre sistemas e máquinas refletem essas influências da ciência moderna nos estudos administrativos e sociais.

Mas o mundo pós-moderno demandas novas tecnologias de alcance do conhecimento e de gestão, que sejam mais flexíveis e pautadas nos processos de desregulamentação e flexibilização, isso em todos os âmbitos, econômico, político, entre outros. A ciência moderna que sustentou o padrão de desenvolvimento que vinha ocorrendo até o século passado, começa a entrar em crise. Ela não consegue responder às demandas por conhecimento oriundas das sociedades. Acessar esse conhecimento por meio da mesma via das ciências naturais está sendo a tentativa da ciência moderna, que causa cada vez mais sua crise (Santos, 1988).

O que o autor defende é a retomada para o senso comum, ciência pós-moderna. Esta rompe com uma visão dualista dos fenômenos, leva em consideração uma relação entre sujeito e objeto como uma relação de autoconhecimento. Seria colocar o sujeito no centro da busca pela ciência, para que este seja protagonista dessa busca, ao passo que apresenta como uma fonte de conhecimentos subjetivos, que nunca seriam explicados de forma objetiva e impossível se chegar a eles. Desta forma, se recorre a uma reflexão hermenêutica. “A reflexão hermenêutica torna-se assim, necessária para transformar a ciência, de um objeto estranho, distante e incomensurável com a nossa vida, num objeto familiar e próximo (...) (Santos, 1989, p. 13).

Apesar dos estudos em relação a governança e colaboração em redes avançarem no sentido de uma lógica interpretativa, não se descarta a existência de estudos ainda nessa área, que são de cunho positivistas, inclusive, primeiros estudos na área foram nessa linha. Na verdade, apesar do paradigma moderno da ciência apresentar crises, ainda continua dominante. O que se defende aqui, e que foi discutido durante o trabalho, é uma abordagem mais interpretativista para o estudo da governança e o surgimento das redes de colaboração. Assim, volta-se aos argumentos iniciais, essas formas de organização da sociedade surgem em meio a esses cenários de mudança de paradigma e precisam ser analisadas à luz das abordagens e metodologias típicas do paradigma emergente.

5. Considerações finais

O final do século XX é marcado por uma mudança de paradigma. Apesar das ambigüidades em relação ao conceito de pós-moderno, percebe-se que este vem para questionar o paradigma moderno, sustentado pelas sociedades industriais, no mundo do Capital e do

trabalho. Neste cenário, entram em crise as grandes narrativas sustentadas pela busca pela verdade, certezas e utopias. A ciência moderna, pautada na razão, sujeito, verdade e totalidade é a principal via para se chegar ao conhecimento e ao progresso técnico, foco da sociedade moderna.

No entanto, da mesma forma que a sociedade passa por uma ruptura de paradigma, a ciência também acompanha esse processo, observa-se avanços de uma ciência pós-moderna. Na Administração, como vem sendo discutido ao longo deste trabalho, observa-se transformações nos seus modelos, que a partir dos anos de 1980 passaram por um período de desregulamentação.

O conceito de governança surge como resposta à gestão para atender às demandas do mundo complexo, apesar de questionamentos em relação a quem e para que essa governança venha a servir. Também no âmbito da gestão pública o conceito de governança colaborativa ganha evidência, como uma forma mais sustentável para resolver problemas antigos e emergentes. O surgimento das redes é um reflexo disso.

As redes representam novas formas de arranjos institucionais ligados à necessidade de pensar novas formas de produção, distribuição e consumo, mais sustentáveis e colaborativos. A governança colaborativa passou a ser o modelo de coordenação mais adequado para essas redes, uma vez que, é amplamente discutida como os processos e estruturas de tomada de decisão política e gestão que envolva as pessoas de forma construtiva, relações públicas, privadas e sociais. Esse modelo se dedica às relações amplas de colaboração, levando em consideração sua contribuição para o funcionamento das redes e a busca pela inovação.

Defende-se neste trabalho que, tanto a governança quanto os surgimentos de redes de colaboração, fazem parte de um processo de mudança de paradigma, identificando-se assim, mudanças nas bases ontológicas e epistemológicas da Administração. Também se defende a necessidade de estudos interpretativista como resposta a essa mudança de paradigma.

Apesar dos estudos em relação a governança e colaboração em redes avançarem no sentido de uma lógica interpretativa, não se descarta a existência de estudos ainda nessa área, que são de cunho positivistas, inclusive, primeiros estudos na área foram nessa linha. Nem tão pouco a permanência de práticas de gestão tradicionais.

Por fim, a reflexão feita a respeito do conhecimento no mundo pós-moderno e na mudança pragmática no âmbito da administração e governança, levam a alguns questionamentos. Esse modelo de governança colaborativa e o surgimento das redes, está preocupado em resolver problemas da sociedade e na melhoria da materialidade? Ou apenas sustentando um novo padrão de desenvolvimento para o próprio capitalismo? É possível uma ciência para uma governança justa? É possível esperar algo da administração e da economia? A mudança deveria ser pela integração das ciências para uma governança que consiga resolver certos problemas sociais?

Referências

- Abreu, W. M. D., & Gomes, R. C. (2018). Medindo o nível da influência colaborativa dos stakeholders e das ações de orçamento aberto. *Revista de Administração Pública*, 52, 593-609.
- Altvater, E. (2010). *O fim do capitalismo com o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo*. Civilização brasileira.
- Ansell, C., & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. *Journal of public administration research and theory*, 18(4), 543-571.

- Beck, U. (2010). Sociedade de risco. *São Paulo: Editora*, 34, 49-53.
- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede* (Vol. 1, No. 6). São Paulo: Paz e terra.
- Dias, T., & Cario, S. A. F. (2014). Governança Pública: ensaiando uma concepção. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 17(3).
- Emerson, K., Nabatchi, T., & Balogh, S. (2012). An integrative framework for collaborative governance. *Journal of public administration research and theory*, 22(1), 1-29.
- Fontes, B. A. S. M. (2012). *Redes sociais e poder local*. Recife: EDUFPE.
- Fontes-Filho, J. R., Kaufmann, C., Fonseca, T. M., Pimenta, R., de Souza, J., & Novaes, E. (2021). Governance of interorganizational health emergency networks: Facing the Zika pandemic. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 92(2), 333-354.
- Habermas, J. (1968). *Conhecimento e interesse*. Edições 70.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna* (Vol. 2). edições Loyola.
- Howkins, J. (2001). *The creative economy: How people make money from ideas*. London: Penguin Press.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320–332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- Li, S., & Yayavaram, S. (2021). Attenuating the negative effects of network change on innovation: A whole network level analysis of Taiwanese business groups. *Asia Pacific Journal of Management*, 38, 151-177.
- Lüchmann, L. H. H. (2012). Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia e Política*, 20, 59-80.
- Paquet, G. (1999). *Governance through social learning* (p. 272). University of Ottawa Press/Les Presses de l'Université d'Ottawa.
- Pettigrew, A. M. (2003). Innovative Forms of Organizing: Trends in Europe, Japan and the USA in the 1990s. In *Innovative Forms of Organizing. International Perspectives*. Sage Publications Ltd.
- Provan, K. G., & Kenis, P. (2008). Modes of network governance: Structure, management, and effectiveness. *Journal of public administration research and theory*, 18(2), 229-252.
- Santos, B. S. (1988). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 1988 (15ª edição); São Paulo: Editora Cortez, 2003 (7ª edição em 2010). <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07>.
- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento, 1989 (6ª edição). São Paulo: Graal (3ª edição), 2007. <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/livros/introducao-a-uma-ciencia-pos-moderna.php>.
- Santos, R. S., Ribeiro, E. M., Ribeiro, M. M., Santos, T. C. S., & da Costa, V. M. (2004). Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. *Revista de Administração Pública*, 38(1), 7-a.
- Scott, Tyler A. Analyzing policy networks using valued exponential random graph models: Do government-sponsored collaborative groups enhance organizational networks?. *Policy Studies Journal*, v. 44, n. 2, p. 215-244, 2016.

Singer, P. (2008). *Introdução a Economia Solidária* (6ª ed). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Smith, J. G. (2020). Theoretical advances in our understanding of network effectiveness. *Perspectives on Public Management and Governance*, 3(2), 167-182.

Unceta, A., Barandiaran, X., & Lakidain, A. (2021). Digitalisation of creative industries fostered by collaborative governance: public innovation labs in gipuzkoa. *Sustainability*, 13(5), 2568.

Wegner, D., & Verschoore, J. (2021). Network Governance in Action: Functions and Practices to Foster Collaborative Environments. *Administration & Society*, 54(3), 479-499.